

MARX: DIALÉTICA, TRABALHO E CONHECIMENTOVanessa Mariano de Castro¹**Resumo**

A presente comunicação parte da investigação acerca das categorias dialética, trabalho e conhecimento, que perpassam a escrita de Karl Marx e posteriormente foram aprofundadas por meio das contribuições de seus intérpretes, bem como da relevância destas categorias para a compreensão da situação da classe trabalhadora. Deste modo, a base metodológica se enquadra numa perspectiva de cunho bibliográfico e se apoia no materialismo histórico-dialético para análise e interpretação dos dados. Ao discutir sobre as interfaces que se estabelecem entre o trabalho e o conhecimento com o auxílio da dialética para a apreensão do real é necessário destacar que dessa interconexão reverberam as aquisições e aperfeiçoamentos incorporados ontologicamente à espécie humana e que fundamentam o movimento de superação histórico-processual, como parte do processo de humanização do ser social. O que torna necessário trazer ao debate as condições para fomento de uma nova realidade que por sua vez se valem das oportunidades nascidas das contradições que compõem a base de sustentação do modo de produção capitalista.

Palavras-chave: Dialética. Trabalho. Conhecimento.

Abstract

This paper starts with the investigation of the dialectical categories, work and knowledge, which permeate the writing of Karl Marx and was later deepened through the contributions of their interpreters, as well as the relevance of these categories to the understanding of the working class situation. Thus, the methodological basis fits into a bibliographic perspective and relies on historical-dialectical materialism for data analysis and interpretation. In discussing about the interfaces that are established between work and knowledge with the help of dialectics for the apprehension of the real, it is necessary to highlight that this interconnection reverberates the acquisitions and improvements ontologically incorporated into the human species and which underlie the movement of historical-procedural overcoming. , as part of the humanization process of the social being. This makes it necessary to bring to the debate the conditions for fostering a new reality that in turn take advantage of the opportunities born of the contradictions that make up the basis of the capitalist mode of production.

Keywords: Dialectic. Work. Knowledge.

¹ Mestre em Educação Brasileira – UFC. E-mail: vanessamariano@yahoo.com.br

À guisa de introdução

O presente estudo parte da investigação acerca das categorias dialética, trabalho e conhecimento, que perpassam a escrita de Karl Marx e posteriormente foram aprofundadas por meio das contribuições de seus intérpretes, bem como da relevância destas categorias para a compreensão da situação da classe trabalhadora.

Deste modo, a base metodológica se enquadra numa perspectiva de cunho bibliográfico e se apoia no materialismo histórico-dialético para análise e interpretação dos dados. Isto posto, coube a esta exposição identificar a existência ou não de menções sobre as categorias supra, dentro do arcabouço teórico desenvolvido pelo pensador, portanto de Karl Marx ao longo de 40 anos de produção escrita.

Investigar acerca da dialética sob o olhar de Marx leva a contraposição da especulação da lógica metafísica que se baseia em explicações deterministas, bem como nos remete a questionar a interpretação hegeliana dos fatos, por ser assentada na subjetividade. Ainda, em relação à interpretação e compreensão da realidade, salientamos as limitações da interpretação do mundo sobre o olhar feueurbachiano, pois se fundamenta na observação, sem imersão transformadora.

No centro desse debate se encontra a categoria trabalho, com assento constante em todas as produções desenvolvidas pelo teórico social, dada a inquietação do mesmo ao realizar uma radiografia da Economia Política de seu tempo. A partir desta análise podem-se compreender as condições históricas que levaram a agudização da exploração do homem pelo homem, cujas reverberações evocaram a intensificação na ambiência capitalista da concentração da propriedade privada e do estranhamento do trabalhador para com suas atividades.

Podem-se identificar as citadas condições quando se evidencia a exclusão da classe trabalhadora na apropriação do patrimônio histórico-cultural, ou seja, nas limitações em relação ao acesso da classe trabalhadora ao conhecimento. Desta feita, tem-se como ponto de partida o método de investigação desenvolvido por Marx para análise das categorias dialética, trabalho e conhecimento tendo como mote rastrear a pertinência destas categorias para compreensão da situação da classe trabalhadora, tal como segue a discussão.

A dialética materialista

O tema da dialética instiga estudar a apreensão do mundo, por meio de diferentes conotações que influenciaram sua interpretação, ao longo dos vários contextos históricos. Desde Sócrates e tendo como percussor Heráclito, chegando até Hegel logrou a ascensão do materialismo histórico-dialético, conforme esclarece:

Minhas investigações me conduziram ao seguinte resultado: as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades, condições estas que Hegel a exemplo dos ingleses e dos franceses do século 18, compreendia sob o nome de “sociedade civil” [...] O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o ser; ao contrário, é o ser social que determina sua consciência. (MARX, 2008, p. 47)

Assim, a dialética fomentada nessa investigação se alicerça no arcabouço marxiano, fundado a partir da década de 1840, como constructo de um pensamento filosófico revolucionário.

A dialética materialista, portanto, juntamente com a lógica e a teoria do conhecimento, são expressões maduras de interpretação do mundo objetivo e da riqueza do pensamento humano traduzidas por Marx em seus escritos. A dialética desenvolvida pelo pensador suplanta a lógica formal, pois além de mediar a análise do simples ao complexo, relaciona o mundo objetivo ao pensamento.

Nesse prisma, cabe menção a obra *Manuscritos Econômico-filosóficos* (1844), como marco teórico válido ao amadurecimento conceitual do pensador alemão, posto que, esta obra pode ser considerada como resultado das transições dialéticas ocorridas em sua juventude. De modo a poder organizar sua investigação em: observação da realidade (tese), sua negação (antítese), e, conseqüente negação da negação, que se mostra como uma nova realidade por meio da síntese.

Dessa maneira, o materialismo histórico-dialético contempla a habilidade de elucidar as contradições e melhor apreender o objeto a ser investigado, a fim de analisar as formas de desenvolvimento da humanidade através de um prisma ontológico, de compreensão do ser inserido na totalidade social.

Deste modo, o método desenvolvido por Marx, incorpora a lógica formal da antiga dialética concebida pelos pré-socráticos, socráticos, estoicos e pensadores da Idade Média e Moderna e a supera. Ao que incorpora e usa o domínio da lógica hegeliana para interpretar a

realidade, não de forma idealista em cuja aferição dos fatos ocorre a partir de construções abstratas da mente. Portanto, ao invés de buscar as respostas na mente, as elucida a partir do próprio objeto de estudo.

Como contraponto o filósofo alemão examina a realidade de modo inverso, partindo da influência que o sensível exerce sobre o concreto e o indivíduo, a fim de compreender como se conforma a materialidade, tal como nos esclarece no posfácio de *O Capital*:

[...] A mistificação que a dialética sofre nas mãos de Hegel não impede em absoluto que ele tenha sido o primeiro a expor, de modo amplo e consciente, suas formas gerais de movimento. Nele, ela se encontra de cabeça para baixo. É preciso desvirá-la, a fim de descobrir o cerne racional dentro do invólucro místico. (MARX, 2013, p. 91)

Logo, o método desenvolvido por ele, se coloca como superação ao de Hegel, fechado em si mesmo e modelado por entidades dos pensamentos, das abstrações. Marx desenvolve um procedimento de interpretação aberto, na medida em que se desenvolve e aperfeiçoa-se constantemente em consonância aos fenômenos sociais.

Em vista disso elenca em sua análise não apenas a filosofia e a economia, mas fomenta uma teoria que se vale da práxis para interpretação do desenvolvimento social e da luta de classes. O que pode ser localizado na escrita do pensador e amostrado de forma conceitual e dialética ao destaque dado edificação de uma filosofia, cuja chave de interpretação se mostra na obra *Contribuição para a Crítica da Filosofia do Direito em Hegel: Introdução* (1844).

Nesse prisma é que posteriormente se consolida seu momento de superação, com traços de suprassunção do idealismo hegeliano para o materialismo dialético elaborado por Marx e presente na escrita dos *Manuscritos Econômico-filosóficos* (1844). A aproximação do pensador a escrita humanista feuerbachiana ao tempo que se distancia, já que Feuerbach consagrada à humanização do homem como fruto de potencialidades socioafetivas, compostas pelas faculdades do amor, do pensamento e da vontade. O que denota uma não afinidade teórica, mas constructo de uma nova cisão, tendo em vista que a análise humanista de Feuerbach, tal como em Hegel, não se funda na transformação da realidade, pretendida por Marx.

O que o leva o pensador a constituir a proposta de uma *nova filosofia*², presente nas *Teses sobre Feuerbach* (1845) e *A Ideologia Alemã* (1845). Estes momentos assinalam sua experimentação nos estudos, respectivamente, sobre o idealismo de consigna abstrata e do

² Aqui compreendemos esta como o desenvolvimento do método materialismo histórico-dialético para interpretação da realidade, como base a sedimentar sua teoria do conhecimento.

materialismo vulgar de caráter teórico, bem como da supressão destes, para a consolidação da práxis.

Ainda acerca da investigação do teórico social cabe destacar sua envergadura de pesquisa à medida que ganha notoriedade expositiva e ares convocatórios junto à classe trabalhadora, cujo destaque pode ser verificado na obra *Manifesto Comunista* (1848). Assim como fomenta reflexões ao citar arquétipos, tal como o faz em *As lutas de Classe na França de 1848 a 1850* (1850) e *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* (1852).

Nesse percurso metodológico, Marx a partir de 1857 revela em sua escrita, marcas de um corolário expositivo e importância programática, respectivamente, nas obras *O Capital: Crítica da Economia Política* (1867) e em *Crítica ao Programa de Gotha* (1875).

Destarte, a escrita do pensador por meio do método urdido por ele enuncia sua apreensão ontológica e histórica. Sendo que para tanto, deve-se levar em conta, tal como Marx o fez em seus estudos, as aquisições de aperfeiçoamento desenvolvidas pela prática, e, incorporados socialmente a existência humana por meio do trabalho, a fim de nos amparar à compreensão dos aspectos gnosiológicos e ontológicos do ato laborativo, o que trataremos a seguir.

O trabalho: contexto de determinações históricas

O trabalho emerge como categoria que mobiliza o homem a captar a realidade e a se apropriar dela, de modo a compor esse movimento entre objetividade e subjetividade. Portanto, à medida que o homem transforma a realidade, também transforma a si mesmo, produzindo e reproduzindo novas estruturas e formações de caráter social.

Logo, a categoria trabalho, ontológica e fundante ao ser social, se apresenta mediadora de primeira ordem ao processo de consolidação da existência humana, tal como nos é apresentada sua gênese nas ponderações, de modo que:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho. O estado em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho deixou para o fundo dos tempos primitivos o estado em que o trabalho humano não se desfez ainda de sua primeira forma instintiva. Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto

humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto, idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção durante todo o tempo de trabalho, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo próprio conteúdo e pela espécie e modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos ele o aproveita, como jogo de suas próprias forças físicas e espirituais. (MARX, 2010, p. 149)

Desta feita, para esclarecimento teórico pode-se empreender que o trabalho surge como atividade pela qual o homem, constante e necessariamente, transforma a natureza e a si mesmo. Assumindo tal encaminhamento, vale enfatizar em Marx (2010, p. 153) o conceito de *trabalho social genérico*³, o qual, por ser:

[...] condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma desta vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais, não muda sua natureza geral por se realizar para o capitalista e sob seu controle.

Por isso, “o processo de trabalho deve ser considerado de início independentemente de qualquer forma social determinada” (MARX, 2010, p. 149). Ao considerarmos que o indivíduo se efetiva de forma objetiva na materialidade da conquista da criação do objeto, teremos que, por meio do trabalho procede à conquista desta objetivação.

Assim, o fundamento exposto por meio do ato laborativo como fundante, ontológico em sua positividade e, com a faculdade de agregar conhecimentos e evolução da espécie humana, cabalmente diverge do estranhamento tipificado na forma de *trabalho abstrato*⁴ urdida na sociedade capitalista.

Posto que sob uma nova sociabilidade de apreensão comunista o trabalho se manifestaria em sua forma ontológica de *alienação*⁵, ou seja, positiva ao homem, mediante a plena realização pretendida e não conquistada devido à conjuntura afirmadora do estranhamento do modo de produção capitalista. Em que o objetivo de tal organização societal

³ Conceito que esclarece a condição relacional humana em que o trabalho é mediador e parte da caracterização do gênero humano, portanto, sua genericidade está acima e independe do modo de produção, pois é necessário à consolidação da existência humana.

⁴ Para Marx este se processa no modo de produção capitalista e condensa ao tempo que agudiza os elementos que negam ao trabalhador a positividade de sua ação, o levando aos estranhamentos de si, entre seus pares, do trabalho e do produto de seu trabalho. (MARX, 2010)

⁵ Interpretação vertida do alemão da alienação como processo de externalização humana, conquistado por meio do trabalho.

reside na busca de perpetuar a agudização da exploração do homem pelo homem e manutenção da desigualdade, conforme expõe o trecho abaixo:

Este fato nada mais exprime, senão: o objeto (*Gegenstand*) que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um *ser estranho*, como um *poder independente* do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez coisa (*sachlich*), é a *objetivação* (*Vergegenständlichung*) do trabalho. A efetivação (*Verwirklichung*) do trabalho é a sua objetivação. Esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como *desefetivação* (*Entwirklichung*) do trabalhador, a objetivação como *perda do objeto* e *servidão ao objeto*, a apropriação como *estranhamento* (*Entfremdung*), como *alienação* (*Entäusserung*). (MARX, 2010, p. 80).

Isso nos permite analisar, que a riqueza do ser genérico deve ser alcançada, a partir do aniquilamento do sentido do ter e a substituição pelo sentido do ser, já que na forma como se apresenta a preocupação não está na situação de vida do trabalhador, mas na valorização do valor, para reprodução do capital e, portanto, para a manutenção dos privilégios de uma minoria sobre a maioria, logo na concentração da propriedade privada.

Sendo assim o ato laborativo efetivo e relacional, enquanto atividade prática histórica, ontológica e tipicamente humana, dentro do modo de produção capitalista torna os indivíduos isolados e competitivos, elementos que limitam o ser social a manutenção do poder do ter, tal como o filósofo alemão nos explica:

A propriedade privada nos fez tão cretinos unilaterais que um objeto somente é o *nosso* [objeto] se o temos, portanto, quando existe para nós como capital ou é por nós imediatamente possuído, comido, bebido, trazido em nosso corpo, habitado por nós etc., enfim, *usado*. [...] O lugar *de todos* os sentidos físicos e espirituais passou a ser ocupado, portanto, pelo simples estranhamento de todos esses sentidos, pelo sentido do *ter*. (MARX, 2010, p. 108)

Retomando ao que se relaciona ao estranhamento, ainda sob a interpretação do mesmo pensador e obra, temos nessa perspectiva da ideologia do ter a classe trabalhadora se vendo cada vez mais desvalida, cujas relações consigo, com os outros (em sua generidade), com o produto e o com o ato de produção se tornando enfadonha, desgastante e restrita a condição ou meio de sua subsistência.

Deste modo, se compreende que a positividade do trabalho ontológico inaugurada no homem primitivo é negada ao trabalhador pelo sistema capitalista e sendo importante destacar

esse elo perdido, que tinha a função de unir dialeticamente a *subjetividade*⁶ e a *objetividade*⁷. Posto que, o processo que realiza essa unidade dialética entre objetivação e subjetivação se concretiza ao longo de um movimento entre o sujeito e o objeto produzido, logo, material de investigação marxiana.

A exposição até aqui desenvolvida mostra que no seio dessas relações sociais estão trabalho e propriedade, à medida que perpassam os contextos históricos anteriores a ordem de organização social capitalista, abarcando realidades cujas bases se firmaram com o excedente de produção e exploração do trabalho alheio, tal como nas sociedades escravistas e feudais. Pois, mesmo na organização das comunidades primitivas os *níveis hierárquicos*⁸ já existiam, mas não com motivações exploratórias de uma classe sobre a outra, como as que se produziram desde o cindir das classes, com a formatação do estado de lutas de classes, tal como nos demonstra Marx e Engels (2008, p. 8):

Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, membro das corporações e aprendiz, em suma, opressores e oprimidos, estiveram em contraposição uns com os outros e envolvidos em uma luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre com a transformação revolucionária da sociedade inteira ou com o declínio conjunto das classes em conflito.

Como cediço, dentro do modo de produção capitalista, pode-se identificar o processo de desefetivação do trabalhador que por sua vez se encontra tratado como natural pelos estudiosos da economia clássica e que, portanto, tal situação persegue o trabalhador dentro e fora do local de trabalho. Fatos estes, constatados ao verificarmos que este tenta suprir em seu tempo livre a ausência de pertencimento, de quando está em atividade laborativa.

De maneira que este estranhamento no qual o trabalhador se encontra imerso o afronta em todo lugar, pois o domina material e ideologicamente, fomentando hábitos e necessidades fundadas na manutenção do próprio sistema, já que lhe retira a propriedade de objetivação do espírito como atividade livre e consciente, logo, da positividade do trabalho.

Nessa conformidade o homem sob a condição de estranhamento se vê alienado e imerso em uma sociabilidade individualista e meritocrática que o afronta em todo lugar, já que

⁶[...] Esse processo, que se desenrola objetiva e subjetivamente, em constante interação entre objetividade e subjetividade, só faz surgir as bases de seu ser, das quais a singularidade do ser humano, ainda em muitos aspectos meramente natural, aos poucos pode adquirir caráter de individualidade (social, possível apenas na sociabilidade). (LUKÁCS, 2010, p. 78)

⁷ “[...] As formas de objetividade do ser social se desenvolvem à medida que a práxis social surge e se explicita a partir do ser natural, tornando-se cada vez mais claramente sociais”. (LUKÁCS, 2012, p. 199)

⁸ Segundo Ponce (2007) os níveis hierárquicos se estabeleciam principalmente com relação aos considerados intermediários espirituais, que justificava os privilégios destes ante os demais membros da tribo.

nela perpassa a materialidade de ideologias manipuladas pela classe dominante que se beneficiam da lógica vigente.

Como resultante desse ambiente de trocas, pautado na transformação de tudo em mercadoria, inclusive a força de trabalho o *dinheiro*⁹ emerge como mediador, cujo objetivo é perceber a quantia mínima monetarizada e ofertada ao trabalhador pela venda de força de trabalho, supostamente livre. Com Marx (2013, p. 242), se compreende que:

[...] sob esse pressuposto, a força de trabalho só pode aparecer como mercadoria no mercado na medida em que é colocada à venda ou é vendida pelo seu próprio possuidor, pela pessoa da qual ela é a força de trabalho. Para vendê-la como mercadoria, seu possuidor tem de poder dispor dela, portanto, ser o livre proprietário de sua capacidade de trabalho, de sua pessoa. Ele e o possuidor de dinheiro se encontram no mercado e estabelecem uma relação mútua como iguais possuidores de mercadorias, com a única diferença de que um é comprador e o outro, vendedor, sendo ambos, portanto, pessoas juridicamente iguais.

Em vista disso, o modo de produção capitalista em consonância com seus reais objetivos, não enaltece o trabalhador, mas o capital. Fato percebido no discurso de falsa liberdade defendido pelo sistema, cuja argumentação se funda nas relações contratuais formalizadas que supostamente para ambos, capitalista e trabalhador, expõe que usufruem de direitos iguais. É nesse contexto que ocorre o desvirtuamento das necessidades, evocado pelo pensador alemão em sua analogia junto aos poemas de Shakespeare, o qual atribui ao dinheiro os conceitos de divindade visível e prostituta universal. De modo que Marx (2010, p.159) pondera:

Se o *dinheiro* é o vínculo que me liga à vida *humana*, que liga a sociedade a mim, que me liga à natureza e ao homem, não é o dinheiro o vínculo de todos os *vínculos*? Não pode ele atar e desatar todos os laços? Não é ele, por isso, também o *meio* universal de *separação*? Ele é a verdadeira || *moeda divisionária* (*Scheidemünze*), bem como o verdadeiro *meio de união*, a força *galvano-química* (*galvanochemische*) da sociedade.

Portanto, essa inversão negativa do processo social, se procede de forma que os indivíduos ao trabalharem retrocedem para as necessidades mais fundamentais como se vestir, se alimentar e habitar, em detrimento do que deveria ocorrer, ou seja, do aprimoramento das habilidades mais sofisticadas.

Isto posto, o trabalho, fundamento de atividade vital que ao longo da história humana agregou apropriações de conhecimento que garantiram a reprodução e evolução da existência

⁹Segundo Marx (2013, p. 120): [...] Agora, o tipo específico de mercadoria em cuja forma natural, a forma de equivalente, se funde socialmente torna-se mercadoria-dinheiro [*Geldware*] ou funciona como dinheiro. Desempenhar o papel do equivalente universal no mundo das mercadorias torna-se sua função especificamente social e, assim, seu monopólio social.

humana se vê apartado do ser. Pois, o que era comum a todos nas comunidades primitivas passa a ser condicionado às exigências subservientes de manutenção da exploração do homem pelo homem.

Desta feita, se perde o processo formativo que acompanhava o trabalho como elemento relacional de produção e reprodução da vida humana, compreendido como processo educativo de apropriação dos conhecimentos historicamente acumulados em benefício da existência humana, ou seja, a educação que era atrelada ao trabalho, passa a ser determinada pelas exigências do capital.

Consequentemente podemos verificar que, a positividade e indissociabilidade entre trabalho e conhecimento têm sido historicamente depauperada e apartada da classe trabalhadora, à proporção que se evidencia a agudização desse processo ocorrido após a implantação do modo de produção capitalista. Seguindo essa motivação o próximo item aprofunda a relevância da apropriação do conhecimento como um dos recursos indispensáveis à saída do trabalhador de sua condição de exploração.

Trabalho e conhecimento: interfaces sob o jugo do capital

Ao discutir sobre as interfaces que se estabelecem entre o trabalho e o conhecimento com o auxílio da dialética para a apreensão do real é necessário destacar que dessa interconexão reverberam as aquisições e aperfeiçoamentos incorporados ontologicamente à espécie humana e que fundamentam o movimento de superação histórico-processual, como parte do processo de humanização do ser social. Pois, é na totalidade das relações humanas que se origina o patrimônio histórico-cultural adquirido e repassado ao longo das gerações, mas que no contexto do sistema capitalista é negado à classe trabalhadora.

Em outras palavras, temos o trabalho como elemento mediador por excelência das relações humanas à medida que ele transforma a natureza e ao próprio homem, posto que o homem não criou a natureza, mas pode transformá-la, porém, jamais, aboli-la. Diferentemente das relações sociais que sendo criadas pelos homens podem ser abolidas por eles ou transformadas, como podemos observar ao longo da história a implantação de diferentes modos de produção. Desta feita, não podemos abolir a lei da gravidade, mas podemos destruir o feudalismo e colocar em seu lugar algo radicalmente novo, antes inexistente, como o capitalismo. (MARX, 2010).

Esta transformação da natureza e dos indivíduos permite a constante construção de novas situações, de novas relações sociais, de novos conhecimentos e habilidades, num processo de acumulação contraditória e constante, que resulta na criação incessante de novas possibilidades e necessidades históricas, sociais e individuais, objetivas e subjetivas.

Ainda sobre as necessidades criadas, que se manifestam de acordo com o contexto o qual a sociedade se encontra imersa, vale pontuar aspectos *teleológicos*¹⁰ e *ontológicos*¹¹ que perpassam o labor humano, ao que concerne o processo de transformação da matéria (natureza), temos as ações voltadas a atingir objetivos e necessidades humanas.

Desse modo, podemos nomear o ato laborativo como acionador da teleologia, portanto da capacidade humana de elaborar projetos em sua consciência antes mesmo de sua concreticidade, mas que apenas são transmutados em concreto-pensado após a apropriação de elementos da realidade sensível, histórico-ontologicamente acumulados, registrados como aquisição cognoscente. Elementos estes que emergem como condição para se aflorar a individualidade e legitimar-se o autodesenvolvimento humano.

Por conseguinte, podemos inferir que é na relação trabalho e conhecimento, em meio às contradições que o sistema capitalista nos defronta, que temos a possibilidade transformadora de formação de um sujeito sóciohistórico e potencialmente revolucionário. Logo, na conjuntura revelada pelo modo de produção capitalista, a expressão das potencialidades de desenvolvimento humano que se encontram retraídas na classe trabalhadora, dada a prioridade do sistema de reprodução do capital, devido aos objetivos anteriormente esclarecidos aqui e por ora confirmados pelo exposto abaixo:

Que uma individualidade que se constrói nesses parâmetros é uma individualidade cindida, limitada no seu desenvolvimento aos horizontes postos pela reprodução do capital e, portanto, uma individualidade que está longe de efetivar todas as fantásticas potencialidades de desenvolvimento abertas pelo atual nível de desenvolvimento das forças produtivas, é algo que não requer uma longa demonstração. Pensemos, apenas, em como os indivíduos poderiam se desenvolver em todos os sentidos (omnilateralidade, no dizer de Marx) se, com o fim da exploração do homem pelos homens, a jornada de trabalho fosse significativamente reduzida e a burocracia viesse a desaparecer. O tempo livre que todos teríamos para amar, fruir obras de arte, filosofar, etc. lançaria os indivíduos num processo de autodesenvolvimento sem

¹⁰A teleologia, por exemplo, é uma categoria eminentemente histórica: nasceu num determinado momento da história, quando a consciência humana projetou sua própria luz sobre o mundo das coisas, introduzindo nas cadeias causais objetivas a marca do *nexo final* (o nascimento do processo teleológico coincide, assim, com a emersão do trabalho), uma vez que a natureza em-si, inorgânica e orgânica, não conhece o finalismo, mas apenas a causalidade. (LUKÁCS, 2010, p. 398-399)

¹¹Mas a ontologia crítica de Marx é criativa por não se fechar a essa crítica, por não se limitar apenas a controlar, e sim por revelar novos processos realmente dialéticos. Ela parte, e desde o começo já partia, dos princípios mais profundos do ser social, da prioridade ontológica da práxis em contraposição à simples contemplação da realidade efetiva, por mais energicamente que esta se oriente para o ser. (LUKÁCS, 2010, p. 67)

paralelo na história humana. O que isso significaria para o livre desenvolvimento das forças produtivas *humanas* da sociedade, e o que isso redundaria em bem-estar material para todo o gênero é algo que apenas pode ser limitadamente antevisto, por mais generosa que seja nossa imaginação. (LESSA, 2015, p. 88-89).

Sendo assim, o sistema capitalista revela sua face escamoteada de expressão das individualidades e vivência de uma liberdade cerceada. Este modo de produção restringe o trabalhador a responder exclusivamente ao atendimento de suas necessidades mais triviais de sobrevivência. E, promove sua pseudorealização, com poucas oportunidades e tolhido do pleno desfrute de sua autonomia.

A prioridade é dada à geração do lucro e exploração da classe trabalhadora pelos proprietários, frente à raiz da desigualdade de classes e dado o processo de desumanização agregado ao trabalho. Por conseguinte, para conhecimento da essência, há necessidade de uso da abstração de modo a empenhar-se para descobrir “além fenômeno”, ou seja, de que o produto do trabalho em sua objetividade não se restringe a materialidade posta do objeto.

Se considerarmos, que falta ao trabalhador esta propriedade de abstração desenvolvida a partir do desvelamento do fenômeno à essência, teremos a explicação de sua incompreensão de mundo. Posto que, parte de um olhar aligeirado e sem aprofundamento das causas da dominação em que vive, constatado ao observarmos que sua interpretação se limita às consequências e isto podemos observar, por exemplo, ao se deparar diante do uso funcional de uma mesa, não se apercebe dos processos envolvidos em sua feitura.

Deste modo, podemos perceber as lacunas na compreensão dos processos, ao que o trabalhador vivencia, necessárias ao desvelamento da essência do fenômeno, que Kosik (1976) ilustra como pertinente a crítica da pseudoconcreticidade. De modo que, a partir de novas mediações teleológicas posteriores surgem novas complexificações, conforme reforça Kosik (1976, p. 208):

[...] O agir humano objetivo que transforma a natureza e nela inscreve significados, é um processo *único*, cumprido por necessidade e sob a pressão de uma finalidade exterior, mas que *ao mesmo tempo* realiza os pressupostos da liberdade e da livre criação.

A compreensão dos processos anteriores aos fatos é imprescindível à compreensão das contradições existentes na realidade vivenciada, logo o desvendamento da essência, das causas e o trabalho emerge como mediador por excelência desse movimento de síntese dialética da objetividade e subjetividade humanas. Assim, estas condições se estabelecem dentro da unidade que a categoria totalidade habilita, ou seja, segundo Marx (2011, p. 512):

O homem é tão produto do trabalho quanto qualquer uma das máquinas construídas por sua atividade; e nos parece que em todas as investigações econômicas deve ser considerado precisamente do mesmo ponto de vista. Todo indivíduo que chegou à maturidade pode ser encarado, de maneira perfeitamente apropriada, como uma máquina que custou para ser construído 20 anos de assídua atenção e o dispêndio de um capital considerável. E quando uma soma adicional é adiantada em sua educação ou qualificação para o exercício de um negócio etc., o seu valor é aumentado de maneira proporcional, justamente como uma máquina que é tornada mais cara pelo dispêndio adicional de capital ou trabalho em sua construção, de modo a dotá-la de novas capacidades.

Então, a partir de Marx temos uma dialética que nos habilita a compreender a materialidade histórica do trabalho, partindo da objetividade posta ao acionamento da subjetividade do indivíduo, por meio da abstração do real, quando na apropriação do patrimônio histórico cultural estabelecido por gerações anteriores.

Deste modo, as relações sociais desenvolvidas pelos indivíduos nesse processo compõem totalidade concreta e sob esse viés podemos verificar o quanto o conhecimento é negado à classe trabalhadora. A negação desta não ocorre por acaso, mas atua como recurso da lógica do sistema para sua reprodução e atendimento dos interesses da classe hegemônica.

Nesse prisma, podemos inferir que numa outra organização social divergente da contemporânea, com a derrubada do modo de produção capitalista, e com o comunismo é que veremos mudanças significativas das relações sociais de produção, por meio da produção associada e distribuição igualitária das conquistas humanas.

Breves considerações

As condições para fomento de uma nova realidade se valem das oportunidades nascidas das contradições que compõem a base de sustentação do modo de produção capitalista, cujos fundamentos estão expressos na obra *Manifesto Comunista* (1848). Nesta Marx expõe o lastro de medidas a serem desenvolvidas a fim de contrapor a ordem vigente, conforme trecho a seguir:

Em resumo, os comunistas apoiam em toda parte qualquer movimento revolucionário contra a ordem social e política existente. Em todos esses movimentos colocam em destaque, como questão fundamental, a questão da propriedade, qualquer que seja a forma, mais ou menos desenvolvida, de que esta revolução se trata. (MARX e ENGELS, 2005, p.69)

Logo, essa nova organização social que nas palavras dos teóricos leva o nome de comunismo, é que reúne os elementos que possibilitam a apropriação pela classe trabalhadora, do saber conquistado e acumulado através da experiência objetiva. Deste modo, como

possibilidade à transformação social que Marx relaciona estas transformações sociais necessárias às formas sociais vigentes, no trecho abaixo:

O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina a realidade; ao contrário, é a realidade social que determina sua consciência. (MARX, 2008, p.110)

Portanto, para a conquista de transformações sociais cabe a formação de “consciências”, potencialmente revolucionárias que questionem a ordem vigente examinando suas contradições como possibilidades de emancipação. Por consequência podemos compreender que tal investidura surge como reflexo dialético do mundo objetivo na mente do ser social que empenha a investigar as relações de produção e as forças produtivas a que estão inseridos e que reproduzem a exploração e a desigualdade, ou seja, à dinâmica da sociedade.

Assim, as origens subjetivas do estranhamento e da propriedade privada, estão fundadas na exploração do homem pelo homem e no excedente de produção, que reverberam na relação desigual de apropriação do saber, cujo arremate de práxis para transformação social é constatada na escrita da XI Tese desenvolvida: “Os filósofos têm apenas *interpretado* o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é *transformá-lo*”. (MARX; ENGELS, 2007, p. 535)

Então o comunismo parte da premissa de reintegração ou retorno do homem a si, por meio da suprassunção do estranhamento e da propriedade privada. Portanto, de todos os sentidos e necessidades humanas degradadas na forma do ter, bem como da condição de produção destrutiva do capital, que se reproduz destruindo o homem, a natureza e sua relação entre si.

Essa nova organização social, proposta por Marx e Engels, emerge como possibilidade frente a inevitável autodestruição a que o capitalismo fundamenta suas bases. Conforme nos explanam os teóricos sociais: “[...] a libertação de cada indivíduo singular é atingida na mesma medida em que a história transforma-se plenamente em história mundial” (MARX; ENGELS, 2007, p. 41). Esta conquista pode ser alçada por meio de uma transformação revolucionária suplantando o sistema de alienação e libertando o gênero humano à universalidade de sua liberdade de desenvolvimento multilateral.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4. ed. São Paulo: Cortez; da Unicamp, 1997.

ENGELS, F. **O Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem.** 1876. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/macaco.pdf>. Fonte digital: RocketEdition, 1999. Acesso em janeiro de 2018.

ENGELS, F. **Anti-Düring:** filosofia, economia política, socialismo. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979

KONDER, L. **O que é dialética.** 28. ed. São Paulo: Coleção Primeiros Passos, Brasiliense, 2008.

KOSIK, K. **Dialética do concreto.** Tradução Célia Neves e AldericoToríbio. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LESSA, S. **Para compreender a ontologia de Lukács.** 4. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I.** Tradução: Carlos Nelson Coutinho; Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social:** questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. Tradução Lya Luft eRodnei Nascimento. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. **O Capital:** crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K.. **Grundrisse:** manuscritos econômicos de 1857-1858 - esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **Manuscritos econômicos-filosóficos.** Tradução Jesus Ranieri. 4 ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política.** 2. ed. Tradução e introdução Florestan Fernandez. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã:** Crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). Tradução Rubens Enderle; Nélio Schneider; Luciano C. Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto Comunista.** Organização e introdução Osvaldo Coggiola. Tradução Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 2005.

MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx.** Tradução Nélio Schneider. 1. ed.São Paulo: Boitempo, 2016.

PONCE, A. **Educação e luta de classes.** Tradução José Severo de Camargo Pereira. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.